

PATRIMÔNIO

Um acervo encaixotado à espera de socorro

Há quase dois anos, 906 peças do acervo do Museu de Arte de Brasília (MAB) - entre telas de Glênio Bianchetti, Athos Bulcão, Tomie Ohtake, Arcângelo Ianelli, Siron Franco e Aldemir Martins - estão amontoadas em três camarins do Teatro Nacional

Danielle Romani
de Brasília

Um dos maiores patrimônios artísticos do Distrito Federal está abandonado, longe do público, em depósitos do Teatro Nacional. Há um ano e sete meses, 906 peças que fazem parte do acervo do Museu de Arte de Brasília (MAB) - fechado para uma reforma não concluída - estão amontoadas em três camarins do teatro.

Entre os quadros estão telas assinadas por artistas com alto valor de mercado, como Glênio Bianchetti, Athos Bulcão, Tomie Ohtake, Arcângelo Ianelli, Siron Franco e Aldemir Martins. Em qualquer lugar do País, suas peças são cotadas a peso de ouro. Em Brasília, correm o risco de estragar.

O abandono dessas telas é patente, mas elas não são as únicas peças ameaçadas: tapeçarias, xilogravuras, desenhos e esculturas - igualmente assinadas por artistas conceituados - também estão à espera de uma decisão do Governo do Distrito Federal, que alega não ter recursos para reformar as instalações do MAB, e que confessa: teme pela conservação dos quadros.

A secretária de Cultura, Luíza Dornas, admite o impasse, mas lembra que não foi a responsável pela situação, pois herdou o problema do governo Cristovam Buarque. Dornas reconhece que é preciso agir, mas deixa claro que, por enquanto, está de mãos atadas para tomar qualquer providência, por absoluta falta de recursos para promover a recuperação do MAB: "É um caso preocupante, pois sabemos do valor artístico e da importância das peças, inclusive tememos que alguma coisa já possa estar estragada".

Dornas, entretanto, tem a promessa do governador Joa-

quim Roriz de que as verbas necessárias para a reforma do museu sairão ainda este ano. "Ele vai colocar isso como prioridade. Deve ser liberado algo em torno de R\$ 500 mil, o que dá apenas para fazer uma obra de saneamento", explica, ressaltando tratar-se de uma quantia insuficiente para a total adequação do local, pois para promover uma reforma adequada na sede do MAB, localizado no Projeto Orla, é necessário - tanto pelos cálculos do atual, como do ex-governo - arrecadar mais do que o dobro do dinheiro prometido pelo governador.

Criado em julho de 1983, durante o governo Aimé Lamaison, as instalações do MAB, na verdade, nunca foram adequadas para abrigar um museu de artes. Antes de se transformar em museu, funcionava no espaço a casa de shows *Casarão do Samba*. "O local sempre foi um paliativo; o prédio nunca teve instalações 100% adequadas. O governo anterior teve problemas sérios com a formação de infiltrações. Aí resolveram fazer um novo projeto", conta a secretaria.

Irresponsabilidade

Apesar de concordar que o novo projeto era necessário, Dornas afirma que, mesmo assim, o governo Cristovam foi irresponsável. "Eles não podiam desativar o MAB e não tomar nenhuma medida. Se envolveram na elaboração de um projeto excelente, mas grandioso e que se mostrou inviável. Foram negligentes. Deveriam, pelo menos, não ter deixado o local chegar à situação em que chegou: hoje ele está inviável, além das infiltrações precisa recupe-

Divulgação

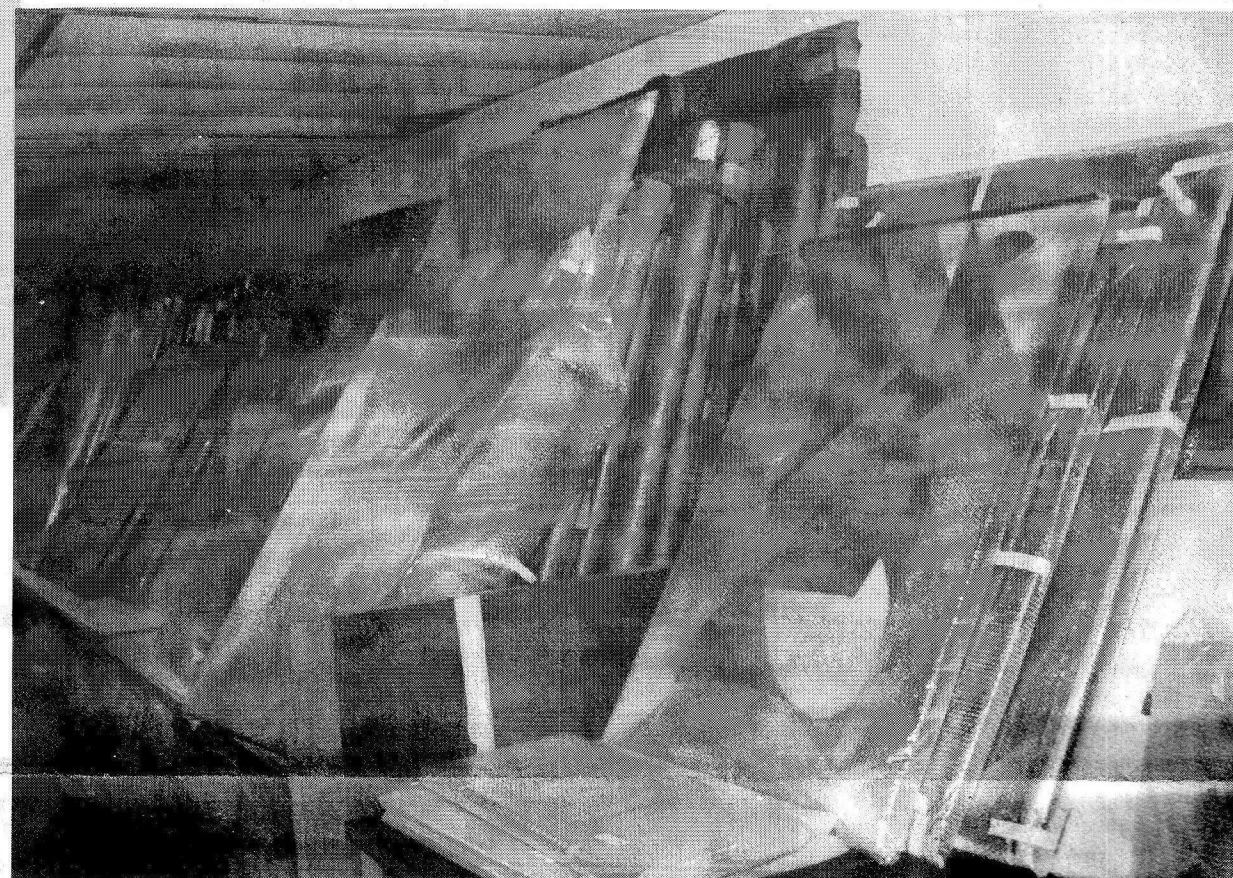


Localizada no Projeto Orla, a sede do museu precisa de reformas adequadas antes de receber seu acervo, embalado nos camarins do Teatro Nacional
Claudio Santoro

rar parte do piso, instalações elétricas e sanitárias, e a pintura, sem falar no mato que invadiu toda sua área externa", critica Luíza Dornas, que é dura também ao acusar o último governo de tê-la deixado com dívidas que inibiram sua atuação. "Temos R\$ 1,2 milhão para saldar, estamos imobilizados", diz.

Partindo na defesa do Governo Cristovam e do então secretário de Cultura, Hamilton Pereira, a ex-assessora da coordenadoria de museus da Secretaria de Cultura, Marília Panitz Silveira, afirma que todo o procedimento de remoção e fechamento do MAB foi feito com a assessoria da Defesa Civil, arquitetos e engenheiros consultados.

"As consultas feitas às várias instâncias indicaram que seria



uma irresponsabilidade deixar as obras no museu, pois havia muitos problemas, como infiltrações. Não fechamos o espaço, nem resolvemos fazer reforma por capricho: tratava-se de uma questão de responsabilidade", diz.

Marília, lembra, ainda, que a

remoção das peças e acondicionamento no Teatro Nacional obedeceram todas as normas de segurança recomendadas. Além disso, a equipe catalogou e indicou o estado de conservação de cada obra. "Elas foram devidamente embaladas e protegidas, e nos camarins, colocou-se apa-

relhos para controlar a umidade da temperatura". A ex-assessora também ressalta que a reforma prevista não era exorbitante - "cerca de R\$ 1 milhão" - e que não foi feita por absoluta falta de caixa. "Fizemos campanha, incentivamos doação, mas não conseguimos", explica.